

“A LANÇA EM ÁFRICA” OU DA QUESTÃO COLONIAL EM JOSÉ SARAMAGO

PATRÍCIA MARTINHO FERREIRA

BROWN UNIVERSITY

Resumo: O tema da memória nas suas ligações com a história e a identidade portuguesas atravessa boa parte da ficção de José Saramago, todavia, ao contrário de escritores seus contemporâneos, Saramago não aborda diretamente o império colonial nem o seu fim histórico na sua ficção. Neste ensaio proponho indagar sobre África na obra saramaguiana, retomando leituras críticas sobre este tópico de Maria Alzira Seixo, Ronald W. Sousa, Paulo de Medeiros, Pedro Oliveira Neto e Ana Paula Ferreira, para depois procurar nos textos políticos, escritos durante o tempo em que Saramago foi diretor-adjunto do jornal *Diário de Notícias* (entre abril e novembro de 1975, em pleno Processo Revolucionário em Curso), pistas para a compreensão não só dessa ausência, mas também para a identificação das questões que nortearam a sua escrita.

Palavras-chave: África, Europa, Império, Colonialismo, Memória

Abstract: The theme of memory in its links with Portuguese history and identity runs through much of José Saramago's fiction, but unlike his contemporaries, Saramago does not directly address the colonial empire or its historical end in his fiction. This essay sets out to investigate Africa in Saramago's work, taking up the critical readings of this topic by Maria Alzira Seixo, Ronald W. Sousa, Paulo de Medeiros, Pedro Oliveira Neto and Ana Paula Ferreira, and then looking to the political texts, written during the time when Saramago was assistant director of the daily newspaper *Diário de Notícias* (between April and November 1975, in the midst of the Ongoing Revolutionary Process), for clues not only to understand this absence, but also to identify the questions that guided his writings.

Keywords: Africa, Europe, Empire, Colonialism, Memory

“I began by observing that you cannot find out what a man means by simply studying his spoken or written statements, even though he has spoken or written with perfect command of language and perfect truthful intention. In order to find out his meaning you must also know what the question was (a question in his own mind, and presumed by him to be in yours) to which the thing he has said or written was meant as an answer.”

R. G. Collingwood, *An Autobiography*, 31

“What an author doesn’t know about himself is nonetheless inscribed in his text (...).”

J. Erpenbeck, *Go, Went, Gone*, 79

Introdução

Os textos estão para lá das intenções dos autores, por isso os não-ditos e o que neles se esconde, consciente ou inconscientemente, constituem à partida um manancial a explorar, permitindo atualizar leituras e propor linhas interpretativas sobre qualquer obra, mesmo a de um autor tão celebrado e estudado como José Saramago. É com esse espírito de curiosidade que me aproximo do universo do escritor, indagando sobre as razões pelas quais África não emerge como *topos* em nenhum dos seus romances. Ressalvo, desde já, que não se trata de julgar o escritor pela suposta ausência, tal atitude de resto não seria aceitável, viável nem minimamente interessante. Além disso, o que subjaz a este exercício hermenêutico não é a vontade de tecer meras especulações extraliterárias ou fazer uma leitura biografista, mas tão somente uma tentativa de refletir sobre as ideias que Saramago deixou escritas em torno de eventos que muitos historiadores, sociólogos, antropólogos, artistas e críticos literários consideram, hoje, serem cruciais para se pensar a sociedade portuguesa contemporânea: a experiência em África, a guerra colonial, a Revolução de Abril, a descolonização e o retorno. De qualquer modo, se, à primeira vista, essas temáticas não são abordadas explicitamente nos romances, tratando-se de um romancista prolífico, talentoso, humanista e politicamente empenhado como Saramago, isso não significa que as terá ignorado ou não terá refletido sobre elas, deixando mesmo aqui e ali algumas

observações em textos de teor memorialista, jornalístico, cívico-político, metanarrativo e até ficcional.

Se pensarmos na produção literária de alguns escritores que, para além de Saramago, se destacaram na literatura do pós-25 de Abril, como António Lobo Antunes, Teolinda Gersão, Lídia Jorge, João de Melo ou Álamo de Oliveira, pode dizer-se que um dos eixos temáticos comuns é a questão da memória nas suas ligações com a história e a identidade portuguesas, por isso, não espantará que, colocando lado a lado os universos ficcionais destes autores, nos perguntarmos por que razão terá Saramago, o escritor português mais traduzido e celebrado internacionalmente, escolhido não abordar de modo explícito na sua ficção África, o império colonial e o seu fim histórico. É certo que os escritores não têm de escrever sobre tudo e que nem sempre as ausências (ou presenças ténues) são meros lapsos ou esquecimentos. Também é certo que, não tendo Saramago vivido em África e/ou participado na guerra colonial (ao contrário dos escritores acima nomeados), não existiriam quaisquer motivações biográficas para o autor se aventurar na exploração literária de um mundo que não experienciou em primeira mão. Todavia, esse argumento fica enfraquecido quando se observa que Saramago também não viveu na época da fundação de Portugal (*História do Círculo de Lisboa*), na época barroca (*Memorial do Convento*) ou na primeira metade do século XX (*O Ano da Morte de Ricardo Reis*) e que isso não o impediu de nos transportar, brilhantemente, para esses momentos históricos particulares, convidando-nos a uma revisitação crítica do passado e dos discursos sobre a História.

Neste ensaio procuro, então, indagar sobre a questão colonial na obra saramaguiana. Para tanto, parto da releitura de trabalhos já escritos sobre este assunto da autoria de Maria Alzira Seixo, Ronald W. Sousa, Paulo de Medeiros, Pedro Oliveira Neto e Ana Paula Ferreira, para depois me concentrar em *Os Apontamentos*, volume que reúne os editoriais escritos por Saramago durante o tempo em que foi diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, entre abril e novembro de 1975, em pleno Processo Revolucionário em Curso, período marcado por um conflito de legitimidade em consequência dos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte e das visões diferentes quanto ao futuro do país entre os principais partidos (PS e PSD) e o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, em cujo governo foram implementadas medidas consideradas bastante controversas, tais como a nacionalização da banca, seguros e centenas de outras empresas, bem como a radicalização da reforma agrária, entre outras medidas. Os textos políticos escritos por Saramago durante aquele *verão quente* abrem, pois, a porta para uma reflexão sobre as

preocupações ideológicas do escritor e permitem entender melhor o lugar da questão colonial na sua obra.

Difusamente à beira de África

Num artigo de 2012, sobre as conexões entre literatura, memória e resistência, Paulo de Medeiros assinalou a ausência de África na obra do escritor, reconhecendo que “o passado específico de Portugal enquanto nação colonial não é problematizado diretamente, como se Saramago nele visse um mero resultado de problemas políticos de maior envergadura” (221). Medeiros justifica a ausência de África lembrando que o questionamento da história de Portugal feito pelo escritor diz respeito a “um passado mais distante” e, nos livros em que aborda “uma época mais recente”, tal questionamento é “concebido num plano mais vasto” (221). O crítico avança ainda a hipótese de os romances mais focados em Portugal servirem como “plataforma para refletir sobre uma condição pós-imperial da Europa” (222), mas não refere exemplos de onde ou como isso se concretizaria. Curiosamente, em “*Invitation to the Voyage*”, artigo publicado onze anos antes, o crítico levantou essa questão a partir de um exemplo concreto retirado de *Viagem a Portugal*, observando que Saramago talvez tenha perdido uma boa oportunidade para refletir mais detalhadamente sobre o tema do colonialismo na cultura portuguesa: “one cannot but wonder why there are so few instances in which the traveler questions the role assumed by Portugal as imperial power, as a colonizing nation, why indeed they have to be concentrated in such few passages” (Medeiros 2001, 177). Uma dessas passagens mencionada por Medeiros diz respeito às reflexões do narrador-viajante sobre a história do escravo propriedade de uma família rica de Carvalhal de Óbidos e de uma coleira que lhe terá pertencido e que o *viajante* fez questão de procurar no Museu de Arqueologia e de Etnografia à sua chegada a Lisboa. A esse exemplo, poder-se-ia acrescentar a brevíssima referência à existência de um mercado de escravos que Lagos “parece não gostar que se saiba” (Saramago 1981, 384). Porém, note-se, ao olhar do *viajante* escapou a presença africana no Vale do Sado, pois passou por lá sem sequer notar *os mulatos do Sado*¹ e o seu papel no cultivo do arroz.² Para o

¹ Expressão usada pelo linguista José Leite de Vasconcelos quando em 1884 visitou a região.

² Contra esse esquecimento, sugiro a leitura do livro de Joaquim Arena, *Debaixo da Nossa Pele. Uma Viagem* (2017). Arrisco a dizer que Arena se deve ter inspirado no tom do viajante saramaguiano pela forma como convoca o leitor e cria um tom oscilando entre aproximação e distância, entre o elogio e a crítica, entre o deslumbramento e a deceção, porém, a sua intenção de mapear a presença Africana em Lisboa e a Sul do Tejo definitivamente não

narrador de Saramago, “grande é o mundo” e “Todo o viajante tem o direito de inventar as suas próprias geografias.” (325 e 311).

É indiscutível que a ficção saramaguiana está inegavelmente marcada por uma profunda convicção humanista e por uma orientação político-ideológica que condena todas as formas de opressão, almejando um futuro melhor para os grupos oprimidos. E também não é possível ignorar a existência na escrita de Saramago de uma “nota de esperança na re-construção de uma sociedade mais igual, mais justa e mais fraterna” (Arnaut 51). Daí que se pergunte: por que motivo terá Saramago escolhido não abordar diretamente o colonialismo português ou a guerra colonial? E pode até ir-se um pouco mais longe e perguntar, tendo no horizonte o extraordinário romance *Lerantado do Chão*: O que distinguirá a exploração de um camponês alentejano da de um africano, ambos oprimidos pelo regime do Estado Novo, tendo este último sido subjugado ao colonialismo durante vários séculos?

As observações de Medeiros acima referidas são bastante certeiras e mostram que a resposta terá a ver necessariamente com a posição ideológica de Saramago. Porque, afinal, fazer este tipo de interrogações sobre a sua obra é também, por extensão, questionar por que razão boa parte da esquerda portuguesa (que seria, à partida, o grupo político mais capacitado para falar sobre estas questões) manteve (e, de certa forma, ainda mantém) um relativo silêncio sobre o passado colonial. Da mesma forma, é também lícito questionar por que razão grande parte dos autores neorrealistas não se interessaram em escrever sobre África preocupados que estavam com as desigualdades sociais do mundo rural português.

Em 2001, no mesmo ano em que Medeiros publica “Invitation to the Voyage” no volume *Global Impact of the Portuguese Language*, Maria Alzira Seixo e Ronald W. Sousa publicam dois ensaios, tentando responder à questão africana em Saramago, cujos argumentos passo a revisitar.

Em “The Edge of Darkness, or, Why Saramago Has Never Written about the Colonial War in Africa”, Seixo declara que, no conhecido romance de Joseph Conrad, *O Coração das Trevas* (1902), a ausência de localização específica não deve ser vista como lapso, mas como elemento de mistério e exotismo decorrentes da mundivisão colonial subjacente à narrativa. Seixo analisa a natureza enigmática que instila o desejo de aventura do protagonista de Conrad, mas que nem sempre conduz à compreensão do diferente. Para a autora, tanto *A Jangada de Pedra* quanto *Ensaio*

encontra ressonâncias em Saramago e na sua *Viagem a Portugal*, feita entre outubro de 1979 e julho de 1980 a convite do Círculo de Leitores.

sobre a Cegueira aproximam-se do mundo enigmático de Conrad, permitindo o colapso de formas de pensamento e a emergência de novos conceitos a partir de uma perspetiva pós-colonial. No caso de *A Jangada*, o colapso emerge utopicamente através da viagem da Península Ibérica rumo ao Atlântico Sul, deixando a Europa e posicionando-se entre África e a América; no caso de *Ensaio*, a rutura desenha-se distopicamente através de uma epidemia de cegueira branca que testa o funcionamento de uma sociedade democrática. Depois de aludir à biografia do escritor, Seixo observa que, ao contrário de outras vozes contemporâneas, é no mínimo “curioso” (209) que, apesar do seu forte engajamento político, Saramago não tenha escrito sobre a guerra colonial, uma vez que este foi um evento com consequências devastadoras tanto para os territórios africanos quanto para Portugal. Posto isto, a sua sugestão é lermos os romances de Saramago considerando o que as contradições de *O Coração das Trevas* nos podem ensinar sobre as práticas de poder, opressão, disruptão e dissidência. Mas se, no caso de Conrad, o romance é baseado na experiência em primeira mão do território africano e/ou de outras formas de alteridade, em Saramago, essa aproximação faz-se alegoricamente para compensar a falta dessa experiência pessoal e não perder de vista a noção de *culpa*. Assim, de acordo com Seixo, o *coração* nos romances de Saramago não deriva de um “projeto específico” (213), mas de uma procura alegórica – no caso de *A Jangada* a descoberta de uma maneira mais livre de viver sem as imposições da Europa e, no caso de *Ensaio*, novas práticas de solidariedade que incluam a diferença. O objetivo último de Saramago, como a autora enfatiza, é desse modo condenar as desigualdades político-sociais independentemente das circunstâncias históricas.

Por conseguinte, fazendo uma leitura atenta deste ensaio, a explicação sobre a questão da ausência de África em *A Jangada* resume-se à ideia de que Saramago afastou a Península Ibérica da Europa para a colocar no Atlântico Sul, dadas as relações históricas entre todos estes territórios, e assim ele escrever “on the edge’ of Africa, given that the peninsula finds itself in its final destiny in closer proximity to the ‘dark continent” (209). Quanto a *Ensaio*, a autora declara, mas sem exemplificar nem aprofundar, que este romance oferece, por um lado, espaço para se pensar nas opressões e atrocidades cometidas pelo Estado Novo, e por outro, uma oportunidade para refletir sobre os governos democráticos que facilitam a substituição do “complexo colonial” por uma prática de “favores” aos PALOP (210).

Apesar de funcionarem bem no exercício argumentativo de Seixo, tenho dúvidas sobre a persuasão das explicações avançadas. Na verdade, o posicionamento da Península no Atlântico Sul enfatiza sobretudo as ligações históricas coloniais, não se chegando a estabelecer nenhuma

ponte nem a vislumbrar nenhuma solidariedade transatlântica pós-colonial. Aliás, a própria autora reconhece que as vozes narrativas neste romance falam “from the distance of allegory and from the very edge of the intended and approached margins, the other continents” (212). Acresce ainda que a Península, no final do livro, encontra-se parada e nada a impede de continuar à deriva, quanto muito poder-se-á dizer que se encontra num momento de pausa, de reflexão³. Tudo, portanto, é deixado em aberto já que os outros pólos – América Latina e África – não são sequer consultados sobre esse possível devir em conjunto, ou seja, não parece haver uma aproximação consensual e benéfica para todas as partes implicadas. E, no que toca a *Ensaio*, Seixo não esclarece de que forma a reflexão sobre o mundo colonial se inscreve efetivamente no romance, apenas afirma que o colapso dos governos democráticos desenhado neste livro coincide com o tempo histórico em que Portugal – praticamente 10 anos após a entrada na Comunidade Europeia – se reposiciona entre a Europa e a sua filiação atlântica. Mas este aspecto pouco esclarece sobre a questão colonial.

No último terço do ensaio, Seixo volta à pergunta formulada no título – *por que razão Saramago não escreveu diretamente sobre a guerra colonial?* E a resposta é aparentemente simples. Para a autora, a vida cultural portuguesa é protagonizada por três grupos de pessoas: as que estiveram em África, as que não estiveram e as que estabelecem relações entre os dois grupos. E, nesta divisão, Saramago insere-se no grupo dos que não estiveram em África e isso justifica a alegoria como opção estético-narrativa, nas suas palavras: “with *The Stone Raft* and *Blindness*, allegory replaces experience, which brings us (...) to the edge of the African question” (215). A razão pela qual ficamos na *borda*, na *margem* da questão continua, no entanto, sem uma explicação clara. Seixo desenvolve um pouco mais a sua hipótese dizendo que, para Saramago, as tensões entre centro e periferia são uma consequência do colonialismo e da globalização e, mesmo que o escritor não escolha *as margens*, também não ignora as relações de poder, daí ter recorrido a estratégias *desriantes* como a alegoria e as implicações simbólicas da cegueira. Apesar de tudo isto, a estudiosa é levada a concluir que Saramago não nos consegue levar ao *coração das trevas* e que a sua posição é a de um observador externo e privilegiado, uma testemunha posicionada no centro e a partir do seu olhar europeu, como o mítico Velho do Restelo camoniano.

³ Subscrevo a interpretação de Mark Sabine quando se mostra céptico quanto à ideia da concretização da utopia no final do romance: “Even in this counterfactual future, displacement to the mid-Atlantic can guarantee nothing more than a chance to rethink political options in relation to arguments inevitably based either on immaterial rhetorical devices or on subjective and selective accounts of history.” (2005, 79).

Resumindo, mesmo correndo o risco de simplificação, para Seixo Saramago não escreveu sobre a guerra colonial por não ter contactado diretamente com essa realidade, compensando essa falta por meio de elementos alegóricos e simbólicos que lhe permitem posicionar-se *à beira* de África e, assim procedendo, criar dissidência e questionar formas de supremacia. Seja como for, mesmo que, à partida, a aproximação do romance de Conrad ao universo ficcional saramaguiano seja original e pontualmente esclarecedora do ponto de vista da complexificação das dinâmicas de poder, não parece que esse diálogo se sustente no que diz respeito à experiência colonial portuguesa. Até porque Saramago não entra sequer no território africano, nem de forma concreta nem simbólica, como acontece no romance de Conrad.

Uma argumentação porventura mais convincente é apresentada por Ronald W. Sousa em “José Saramago ‘Revises’, Or Out of Africa and into Cyber-History”. Sucintamente, Sousa defende que o imaginário colonial está presente, ao mesmo tempo, de forma *difusa* e *flagrante* na ficção saramaguiana, tomando como objeto de análise *História do Círculo de Lisboa*. Embora ressalve que este romance não trata do mundo colonial nem do seu legado, o crítico lembra que a história de Portugal se interliga profundamente com o colonialismo e, por isso, não se pode falar de cada um dos elementos dessa equação em separado. Isso fica, desde logo, muito evidente na escolha do intertexto usado por Saramago, *A Ilustre Casa de Ramires* de Eça de Queirós, uma vez que o protagonista de Eça, a braços com a tarefa de escrever a história da família, acaba por procurar em Moçambique a possibilidade de emancipação e glória pessoais, decisão que coincide com o ímpeto colonialista do final do século XIX que dá origem à terceira fase do império português. Eça, porém, não nos transporta verdadeiramente para África. Este continente emerge somente como um espaço onde o legado familiar e, por extensão, a própria nação portuguesa pode ser projetada e valorizada. Segundo a lógica do romance queiroiano, África é o lugar onde o colonialismo e a modernidade se interligam, e só em África Portugal consegue impor-se como nação moderna. Ou seja, sem as colónias Portugal não seria viável economicamente, ideia que, no limite, nunca é posta em causa por Eça. Tal contradição, diz Sousa, tem feito parte da história portuguesa e foi mascarada pelo regime de Salazar quando invocou a relação histórica e a partilha espiritual entre a metrópole e as províncias ultramarinas como forma de justificar e manter o império. Ao criar um jogo de ressonâncias contrastantes com o projeto de escrita protagonizado por Gonçalo Mendes Ramires (questões de autoria, tema da história nacional, natureza da imaginação histórica, etc.), Saramago constrói o seu protagonista, Raimundo Benvindo Silva, e dá-lhe espaço para cruzar narrativas, desconstruir e corrigir discursos de poder, valorizando o

que não foi tomado em consideração, mas sobretudo, tentando resolver um problema lógico – como é que Lisboa teria sido tomada sem a ajuda dos árabes? E, neste sentido, Raimundo é o oposto de Gonçalo, para quem a história se constitui passivamente como herança familiar.

A meu ver, a originalidade do ensaio de Sousa encontra-se no facto de o crítico ter aproximado a revisão histórica feita por Raimundo das práticas de *role-play* típicas da cultura cibernetica. Com efeito, Raimundo torna-se num jogador, assumindo identidades de figuras históricas, gerindo interatividades e posições alternativas, assim como negando a ideia de versões autossuficientes da história. Tudo é jogo, tudo é escolha e tudo é seleção e construção. Assim sendo, a história pode ser reorganizada consoante as circunstâncias, perspetivas e intenções e, para isso, o leitor é chamado a participar nesse jogo de papéis, escolhas e hipóteses. Nesta revisão histórica de natureza cibernetica, capaz de ultrapassar uma relação estática com o passado, a questão colonial emerge somente como mais uma das peças do puzzle.

No entanto, quase no final do ensaio, Sousa declara que o imaginário colonial se inscreve explicitamente neste livro de três formas. Primeiro, através da referência ao facto de os proto-portugueses serem vistos como *cafres* e menos avançados civilizacionalmente do que os árabes originários de África (ideia que, como se sabe, subjaz ao argumento da posição semiperiférica de Portugal e do seu colonialismo). Em segundo lugar, como sátira e contraponto à visão romântica e eurocêntrica de África presente no romance queirosiano, através da trivialização exagerada do universo africano quando Raimundo alude ao livro de Edgar Rice Burroughs, em que se conta a história do Tarzan e do Império Perdido. E, por último, através de um conjunto de alusões, sob um efeito cômico e irónico, à guerra colonial que conduziu à Revolução de Abril. É claro que, adverte Sousa, estas breves menções não estabelecem propriamente nenhuma “contra-narrativa à posição colonialista” (84), embora indiquem que a relação com África não é acidental e tem contornos mais concretos do que meras projeções, como sucede na obra de Eça. Sobre o significado destas alusões, Sousa elabora uma conclusão arguta: “it involves the suggestion that Africa’s absent presence has represented a conceptual error within the Portuguese imaginary; that that error has had very tangible historical ramifications that the grand history, by its very logic, was unable to see; and that that conceptualization can be superseded by re-vision” (84). Por outras palavras, em *História*, o mundo colonial é primeiramente acionado pela escolha e distância crítica do intertexto queirosiano, mas sobretudo pelo próprio exercício de revisitação da história nacional, pelo que a *ausência* presente de África em Saramago constitui *um erro conceptual* não propriamente do escritor mas *do próprio imaginário português*.

Observa-se, assim, que os romances analisados por Seixo e Sousa apenas nos transportam lateralmente para África. Este continente emerge nestas narrativas acima de tudo como um espaço imaginado, longínquo e de liberdade, desconhecido e algo exótico. É também essa a interpretação de Pedro de Oliveira Neto, apresentada numa breve comunicação feita em 2009 com o título “Do negro e das africanidades em José Saramago, o silêncio de uma prosa de inquietação”. Este crítico analisa a crónica que abre o volume *A Bagagem do Viajante – “Retrato de antepassados”* – onde Saramago traça com tintas encantatórias o perfil do bisavô africano. Neste texto, África reduz-se ao espaço da imaginação, marcado pela *neutralidade moral*:

(...) entrevemos os contornos de uma África sem males definitivos ou irremediáveis (...) os contornos de *uma África regida por uma encantadora neutralidade moral* (...). Essa sociedade africana que Saramago entrevê, por entre os fios da imagem fabulosa do seu avô materno, com os olhos de cronista, é *uma sociedade de homens livres, uma espécie de mundo arquetípico da lenda, onde o real é deixado invadir-se por elementos do fabular*, para de seu estado real evadir-se, ‘como história de ladrões e mouros’ – vida perigosa, de salteador, de espingarda embaixo do braço. Trata-se de *uma África fechada às demarcações do bem e do mal* (...) não reside aí marcas de uma visão do que poderíamos classificar de colonizadora para com a questão do negro (...) o que a imagem do bisavô exprime é a dissolução dos extremos (...) imagem de *África como a terra de encanto e o que nela está, para além do real e do fictício, o fabular*. (193-194, itálico meu)

Além desta dimensão mítica observada por Oliveira Neto, o continente africano é também mencionado como espaço de guerra. Por exemplo, no conto “Cadeira”, publicado em 1978 (e de onde retirei a citação contida no título deste ensaio), Saramago ficcionaliza com uma fina ironia o acidente doméstico que teria afastado Salazar do poder e, naturalmente, não podia ignorar as repercussões sociais da guerra colonial que acabou por ser o motor da queda do Estado Novo e que tem, ainda hoje para alguns, a força de um trauma não superado:

Cai, velho, cai. Repara que neste momento tens os pés mais altos do que a cabeça.

Antes de dares o teu salto mortal, medalha olímpica, farás o pino como o não foi capaz de fazer *aquele rapaz na praia, que tentava e caía, só com um braço porque o outro*

lhe tinha ficado em África. Cai. (...) E agora que espaço há, que espaço resta entre o canto do móvel, o punho, a lança em África, e o lado mais frágil da cabeça, o osso predestinado? (27-28, itálico meu)

Um império que *nunca existiu*?

Se a África construída em torno da figura do bisavô é um espaço mítico e a guerra colonial apenas uma breve alusão ao corpo de um combatente mutilado, e se os romances analisados pelos críticos acima apenas permitem vislumbrar uma ausência que se presentifica aqui e ali de forma difusa como que fazendo parte do pano de fundo da história portuguesa mas sem ganhar um lugar central, é pois indispensável identificar as questões a que Saramago procurou responder, assim como reconstruir, tanto quanto possível, o contexto ideológico e conceptual em que se moveu. Exímio contador de histórias, Saramago foi construindo ao longo do tempo um “autor-narrador omnipresente, totalizador, que organiza e reconfigura, com as suas próprias leis, a ordem do tempo, do espaço e da elocução” (Aguilera 160). É esse tipo de autor-narrador que lhe permite, com efeito, posicionar-se convictamente contra a injustiça, a pobreza, a desigualdade, a violência, a plutocracia e a violação dos direitos humanos. E é justamente, por isso, que vale a pena entender melhor a ausência de uma reflexão profunda sobre a escravatura, o colonialismo e o racismo.

As numerosas crónicas publicadas, desde 1968 em vários jornais e revistas – e reunidas em *Deste Mundo e do Outro* (1971), *A Bagagem do Viajante* (1973), *As Opiniões que o DL tere* (1974), *Os Apontamentos* (1976) e *Folhas Políticas* (1999), *O caderno* e *O caderno 2* (2009) – oferecem os contornos gerais da mundivisão de Saramago e das questões mais relevantes para si. Aliás, em diálogo com Carlos Reis, o escritor afirmou que: “As crónicas dizem tudo (e provavelmente mais do que a obra que veio depois) aquilo que eu sou como pessoa, como sensibilidade, como percepção das coisas, como entendimento do mundo: tudo está nas crónicas.” (*apud* Reis 42). Pode até dizer-se que nas crónicas se encontram, por um lado, as bases da reivindicação da voz autoral que se espraiaria depois na ficção, rejeitando o papel do narrador convencional; e, por outro, através de uma subtil ironia (tão necessária para contornar a censura do regime salazarista) os traços gerais da sua visão sobre Portugal: um país pobre económica e culturalmente, subjugado a uma ditadura provinciana e que permanece na fronteira, física e simbólica, da Europa. Atento aos problemas económico-políticos e socioculturais portugueses, Saramago vai revelando nas

suas crónicas o empenho intelectual em contribuir para que o país se modernizasse e se transformasse culturalmente.

Por razões de espaço, tempo e foco, centro-me no volume *Os Apontamentos*, em particular nos editoriais escritos por Saramago durante o tempo em que foi diretor-adjunto do *Diário de Notícias*, entre abril e novembro de 1975. Observe-se, desde logo, que esse período de trabalho na imprensa em prol da revolução e da construção do socialismo em Portugal antecede a carreira de Saramago como escritor e diga-se, também, que foi a demissão desse cargo a 25 de novembro que o encaminhou definitivamente para a literatura.⁴ Da leitura destes textos de intervenção política, publicados quase diariamente durante os oito meses do PREC, sobressaem pelo menos duas grandes ideias. Em primeiro lugar, o compromisso político de Saramago com os valores da revolução socialista, os direitos dos trabalhadores e da construção de uma sociedade emancipada que fosse crítica perante a dependência dos interesses da elite económica e dos conglomerados mediáticos; em segundo, a desatenção à situação colonial e ao processo de descolonização e suas repercussões tanto para Portugal quanto para as ex-colónias. Uso a palavra desatenção por haver ausências flagrantes (como se verá mais adiante), ainda que logo no primeiro editorial, datado de 14 de abril, Saramago, aludindo a certas antipatias estrangeiras em relação a Portugal, não se tenha esquecido da guerra colonial:

No tempo em que tínhamos a vaidade fácil, ou alguém a tinha por nós e sem nossa delegação, não faltava dizer que havíamos dado novos mundos ao mundo. Seria a pura verdade se não tivéssemos levado treze longuíssimos anos a regatear, com perda pesada de vidas e bens, o dar verdadeiro que teria sido (como enfim veio a ser) reconhecer aos povos dominados o seu direito à independência. *Descobrimentos fizemos, mas aí temos enedoada a gesta por uma guerra que começou por ser absurda para logo se tornar criminosa, sem falar na exploração de sempre e nos morticínios de alternância.*

Eis-nos agora senhores deste pequeno mundo que é a Pátria realmente portuguesa, alijada de vez a propriedade alheia, mais leves enfim. (...) Ora o que aconteceu? Com as ainda e agora dobradamente honrosas excepções, o mesmo

⁴ Tal como o próprio escritor explicou em “Biografia”: “Sem emprego uma vez mais e, ponderadas as circunstâncias da situação política que então se vivia, sem a menor possibilidade de o encontrar, tomei a decisão de me dedicar inteiramente à literatura: já era hora de saber o que poderia realmente valer como escritor” (s/p.).

mundo que mostrava não gostar de nós, faz gala em antigos sentimentos e reincide nas antipatias. Antipatia por termos colónias, antipatia apesar de termos descolonizado; antipatia por nos deixarmos subjugar por um regime fascista, antipatia por sermos livres e exercemos a liberdade; antipatia por tímidos, antipatia por corajosos. Decididamente, o mundo não gosta de nós. (1990, 187-188, itálico meu)

Apesar de longa, esta passagem é particularmente importante porque Saramago explicita o peso da história colonial portuguesa e a necessidade das independências africanas, mas sobretudo porque nas entrelinhas sobressai a urgência da esquerda portuguesa em enterrar o passado em prol de um futuro em construção – é bom não esquecer que, no tempo do PREC, as esquerdas radicais viam-se irmanadas aos povos africanos no que dizia respeito à opressão exercida pela ditadura salazarista. Tal posição ideológica inscreve-se, pois, nas ausências (ou nos ruídos) que identifico nestes textos de Saramago. Uma delas diz respeito à ponte aérea instituída para apressar a saída dos colonos de Angola e Moçambique que ocorreu nesse mesmo *verão quente* que Saramago passou no *DN*. Com efeito, em nenhum momento nestes editoriais, é referida a chegada dramática de mais de meio milhão de retornados à ex-metrópole e, quando Saramago se refere à questão da descolonização, predomina a ideia de que os eventos em Angola seriam, se não fossem resolvidos depressa, um enorme entrave à revolução. Era, portanto, necessário sair das colónias o mais rapidamente possível para que a revolução socialista em Portugal pudesse chegar a bom porto evitando-se também uma “vietnamização” de Angola” (257) onde vários atores internacionais atuavam mediante interesses próprios. Nas palavras de Saramago, os processos guineense e moçambicano tinham sido “facilmente concluídos” (221) quando comparado com a situação de Angola. A reflexão mais extensa sobre o colonialismo surge a 16 de maio a propósito das complicações do Acordo de Alvor. Nesse texto, Saramago atribui a culpa da confusão política e da violência aos *capitalistas* que se aproveitaram do império, não fazendo comentários sobre o impacto da experiência colonial fora da dimensão económica. Em suma, era imperioso sair de África e esquecer o colonialismo em prol do futuro da revolução socialista. Repare-se na força das perguntas retóricas:

Que podemos nós fazer, nós, Governo de Portugal, nós povo português? Faz o Governo quanto pode, e daqui imaginamos. Mas o povo, que poderá fazer?

Habituados de tão longe a saber que África era quinta de capitalistas, obrigados, nós, a dar a vida dos nossos filhos para defesa dos negócios dos capitalistas – como pode ser Angola, agora, preocupação nossa, de todos? Porque, na verdade, duas são as preocupações, e não uma. É a primeira os milhares de soldados portugueses que lá estão, em situação do mais extremo melindre; é a segunda este ponto de honra de sair Angola deixando-a livre, já que somos parte nessa liberdade. Quando aos soldados portugueses, podemos e devemos dizer-lhes, por todas as formas, que os acompanhamos. Quanto à liberdade de Angola, seria preciso que pudesse tornar-se muito mais claro quem, na verdade, a serve e quem, na verdade, atenta contra ela. (...) Neste momento o povo português anseia por correr o pano sobre o colonialismo, a fim de começar a aprender a viver fraternalmente com povos que falam a sua língua. (...) Que propomos? Apenas que a descolonização (o seu processo) volte a ser objecto da atenção dos meios de comunicação social. Que se ponham a claro, sobretudo, as dificuldades, dando o nome às coisas e às pessoas, às organizações e aos países. Desta forma, talvez logremos o grau de empenhamento que se nos pede e que tão difícil tem sido. (222, itálico meu)

Ora, dentro desta mundivisão tão ideologicamente marcada, não havia lugar para a complexificação da experiência do retorno. Quando Saramago alude ao assunto, relaciona-o com o que se passava então no país. Por exemplo, no editorial em que se refere às eleições, comenta: “Este branco que se discute não é o vinho a que esse nome damos, nem é já (felizmente) o português que por terras coloniais andava como colonizador e opressor. O motivo da polémica que, em todos os tons, lavra de Norte a Sul do País é o denominado voto em branco.” (198)

As menções à guerra colonial também não abundam nem envolvem uma crítica específica ao sistema colonial, aos longos séculos de escravatura e ao racismo perpetrado pelos portugueses. Ou seja, o colonialismo, para Saramago, é visto, relembrando a expressão de Medeiros, a partir do *plano mais vasto* do sistema capitalista, não se relacionando de forma particular com a experiência portuguesa. É por isso que, a certa altura, comentando sobre o reacionarismo da comunidade luso-brasileira face à agenda política comunista, Saramago declara:

Não é o povo brasileiro que se volta contra Portugal. Quem no Brasil se volta contra Portugal é o grande capital (português, brasileiro, internacional) que vê esfumarem-se

no horizonte lusitano e ex-colonial as maravilhosas perspectivas dos negócios que chegou a acreditar garantidos. Junte-se-lhe a brigada de homens de mão e caneca de que o mesmo dispõe. Acrescente-se a isto, que não é pouco, a vontade de desforra que mora em Caetano, Tomás, Spínola, aderentes, parentes e possidentes – e ficamos com a galeria completa dos nossos inimigos do outro lado do Atlântico. (196, itálico meu)

Outra alusão à guerra colonial surge a propósito do aniversário da capitulação da Alemanha Nazi e da destruição causada pela Segunda Guerra Mundial no centro da Europa. Neste editorial, Saramago estabelece uma curiosa analogia entre o pós-guerra europeu e a situação de Portugal, colocando a tônica na debilidade económica da metrópole e na figura dos combatentes mutilados, mas sem estender essa imagem de sofrimento aos africanos que lutaram pela independência:

É certo que, embora saídos de uma guerra, não se travou ela na metrópole: os bombardeamentos foram longe, e *aqui os sinais visíveis são os estropiados, os deficientes, os amputados*, casos de que o egoísmo se habitua facilmente a desviar os olhos... Mas a ruína do País processou-se ao longo destas dezenas de anos, transferindo-se aos poucos a riqueza para os bolsos dos privilegiados, enquanto o povo se conformava na pobreza ou emigrava. *Houve também aqui uma guerra*, não tenhamos dúvidas. (214, itálico meu)

A referência direta aos africanos surge quando Saramago menciona a independência de Moçambique, a 25 de junho. Nesse editorial, o autor parece projetar um futuro lusófono entre nações irmãs revolucionárias, sem explicitamente reconhecer a opressão histórica exercida por Portugal. Nesse sentido, celebra a “língua comum” e felicita a “vitalidade revolucionária, que varre o país, entre o Rovuma e o Maputo” num tom melancólico, não de colonizador vencido, mas de “um País muito antigo” face ao “vigor adolescente” de “um país novo” que se cumpre revolucionariamente (258). Saramago termina este texto com uma alusão geral à exploração colonial que motivou a guerra. E este talvez seja um dos trechos mais declaradamente críticos da usurpação do colonizador, que deverá sentir *remorsos* por ter estado do lado errado da história:

Lamentemos os que morreram, os vossos e os nossos. Lamentemos mais os nossos porque morreram no lugar errado. Sim, no lugar errado. Quem dos vossos morreu, morreu pela pátria que nascia. Os nossos morreram a defender o que desta pátria não era, morreram a defender o colonialismo, colonizados eles próprios, e enganados. *Talvez não consigamos nunca curar-nos deste remorso. Talvez mesmo devamos recusar curar-nos para que saibamos sempre o que devemos defender e o que devemos combater.* (259, itálico meu)

No editorial de 2 de junho intitulado “Donde somos nós”, Saramago alude à questão da identidade portuguesa e a certos discursos de atribuição de filiações identitárias, demonstrando o fervor do debate identitário de um país que tinha deixado de ser império e que estava a tentar reencontrar-se. Apreensivo em relação a uma qualquer suposta filiação à Europa, o autor projeta um sentimento de pertença que excede as fronteiras geográficas a favor de uma união internacional em torno dos valores dos trabalhadores, assente numa bússola democrática e socialista:

Diz que somos da Europa quem da Europa só pensa colher os benefícios de um capitalismo que disfarça avidez sob o açúcar social-democrata. Diz que somos do Mundo Africano quem ainda não contou as Áfricas que há em África. Diz que pertencemos ao Atlântico quem se preocupa com a dureza da panela de ferro deste lado. Quanto à Comunidade de Língua, ainda é para alguns saudade de um *Império que não houve*. E se somos ou não da América Latina depende... (...) pertencemos ao mundo de quantos lutam pela democracia, pelo socialismo (...) *somos um país do Mundo Novo que se constrói* (...) há um internacionalismo a confirmar, e esse é o dos trabalhadores. É aí que estão os nossos aliados. (236-237, itálico meu)

A meu ver, a mundivisão saramaguiana do mundo colonial delineada nestes editoriais encontra-se resumida numa entrevista dada pelo escritor dez anos depois da sua passagem pelo DN. À conversa com Thorau, Saramago disserta sobre a *posição historicamente subalterna* de Portugal face à Inglaterra, bem como sobre a ausência de uma *consciência imperial* em Portugal. Embora longa, é importante reproduzir essa passagem:

Na verdade, os países africanos eram campo de exploração de grandes empresas que exploravam sectores da economia em Angola como em Moçambique. Tudo isto decorria bastante à margem da população em Portugal. Por isso, a ligação entre os portugueses e as antigas colónias formam sempre mais uma relação, eu diria afectiva, mas condicionando essa palavra, porque ‘nós, Portugueses, temos colónias’. As colónias estão lá, portanto isso dava aos portugueses um sentido de uma relativa importância: ‘Nós temos colónias’. Mas isto nunca foi concretizado. E tão pouco, nem sequer em Portugal, se criou alguma vez uma mentalidade imperial. Portugal tinha um império, mas a verdade é que o português não tinha consciência imperial. Nunca a tivemos. Por outro lado ainda, Portugal nunca se interessou, antes do 25 de Abril, em fomentar a cultura dentro das colónias. A colónia era apenas um lugar para extrair riquezas sem nada em troca. (...) Daí que, quando esses países se tornaram independentes não houvesse, em termos de reciprocidade, uma presença da cultura africana real em Portugal, porque também verdadeiramente a presença da cultura portuguesa nesses países também era muito reduzida. (...) não há que estranhar que eles estejam ausentes hoje da nossa própria cultura porque já estavam ausentes antes.

(336, itálico meu)

Ao afirmar, em 1986, a inexistência de *consciência imperial* na sociedade portuguesa, Saramago esqueceu-se das tentativas feitas a partir do final do século XIX e, sobretudo durante o Estado Novo, de criar uma *mentalidade imperial* através de instituições de propaganda e formas de doutrinação. Ao obliterar todo esse empenho político das elites, Saramago parece ser tão vítima dessa ideologia imperial quanto *os portugueses* a que se refere. Além disso, embora algumas das suas observações tenham validade, nomeadamente a da falta de investimento educacional e cultural de Portugal em África, elas não aludem com rigor à situação colonial que se viveu até 1974, dado que a falta de investimento não se traduziu em respeito pelas culturas e línguas africanas e não evitou variadas práticas de racismo e de trabalho compulsivo.

Saramago claramente mobiliza ideias muito específicas de Europa, Colonialismo e Império que só podem ser entendidas dentro da sua filiação ideológica marxista e comunista.⁵

⁵ Nas palavras do próprio: “o marxismo serve-me para compreender o mundo de um modo que faz todo o sentido (...) estou nele e nem sequer posso conceber outro modo de tentar entender o funcionamento das sociedades humanas” (*apud* Reis 78).

No universo geocultural de Saramago, os países ibéricos estão na periferia económica da Europa. E é aqui também que se encaixa a sua visão de *transiberismo*, uma construção futura assente na aproximação da Península Ibérica à América Latina e a África mas, repita-se, sem que estes últimos intervenientes sejam consultados sobre esse suposto futuro em comum (como se vê claramente em *Jangada de Pedra*). Donde se depreende que, para esta proposta de transibericidade se materializar, não seria indispensável haver antes um profundo e prolongado debate sobre a responsabilidade colonial dos países ibéricos. Com efeito, para um futuro mais justo, a “vocação do Sul” da Península (Branco 304) deveria, à partida, ser amplamente problematizada, e não é.

A grande questão que ocupa Saramago é inegavelmente o Mundo, a luta pela emancipação universal, e fazendo fé das suas convicções marxistas, todos os oprimidos estão presos na engrenagem do imperialismo económico, tudo afinal se resume a uma questão de classe. Ora, se só faz sentido tratar da experiência colonial portuguesa dentro do sistema capitalista, Saramago terá razão ao enfatizar a subalternidade de Portugal face às outras potências europeias e, assim, poderá afirmar que o *Império não existiu* e que o povo português não desenvolveu *mentalidade imperial*. É, então, óbvio que Saramago é profundamente coerente com os seus princípios ideológicos, não havendo contradições.⁶ Aliás, no blog que manteve entre 2008 e 2009, encontram-se sinais dessa postura ideológica, ora quando refere o colonialismo europeu a propósito do sofrimento do continente negro sem nomear a participação ativa de Portugal para esse sofrimento, ou quando desvaloriza a necessidade da recolha de dados étnicos nos censos franceses.

Por conseguinte, o colonialismo e o pós-colonialismo não fazem parte do escopo de problemas *universais* de Saramago, mesmo que se tenha empenhado em causa políticas tão específicas como as Chiapas e a Palestina. Num artigo de 2013, Ana Paula Ferreira observa que a única intervenção de Saramago no mundo africano faz-se através das suas traduções de textos francófonos de ficção e não-ficção. Todavia, mesmo essa intervenção não pode deixar de ser problematizada dados os silêncios de Saramago em relação ao colonialismo português. A autora escrutina, com extrema argúcia, a tradução feita por Saramago, em 1981, de *Uma vida de boy* do

⁶ Quando muito haverá um paradoxo, como lembra Mark Sabine no seu estudo sobre o modo como o materialismo marxista emerge na ficção de Saramago: “Right up to his death in June 2010, Saramago consistently and quite candidly used his rising mass-media exposure as a political platform. With equal regularity, he insisted that his literary output was integral to his political and social activism. Yet while his literary interrogation of empiricist epistemologies became if anything increasingly fundamental and explicit, he continued to affirm his Marxist convictions, and remained an active, if sometimes maverick, member of Western Europe’s most steadfastly Leninist Communist Party.” (2016, 3).

escritor camaronês Ferdinand Oyono. A sua meticulosa análise mostra, entre outros aspectos, como o tradutor-Saramago faz escolhas linguísticas que não fazem jus à denúncia anticolonial do texto original, demonstrando, assim, “uma cultura pós-colonial metropolitana relutante em confrontar e nomear a sua relação com o colonialismo e o racismo” (124, trad. minha).

Em 2019, Boaventura de Sousa Santos referiu-se a Saramago como um “arqueólogo da alma coletiva” (s/p). Arrisco, então, a concluir que Saramago foi um arqueólogo que escolheu não escavar nem interpretar o terreno colonial. E essa escolha deriva de uma maneira de ver o Mundo. Como brilhantemente observou Eduardo Lourenço, o que Saramago fez “foi inventar um outro passado para Portugal (...) uma outra nova compreensão daquilo que nós estávamos sendo ou que queríamos ser, José Saramago parte para o passado” (349) porque se desilude com os insucessos da Revolução. De modo que reconhecer que a questão colonial em Saramago só existe como mais uma peça no puzzle da *máquina capitalista* e afirmar que essa posição deriva de um *erro de análise* não significa pôr em causa a sua genialidade literária nem o seu compromisso humanista, apenas significa que é possível entrever a falta de interseccionalidade e de ímpeto reparador na sua visão do *império português*. E, nesse sentido, a obra saramaguiana perde a capacidade de diálogo com os múltiplos debates contemporâneos em torno dos legados coloniais e suas repercussões sistémicas na sociedade portuguesa.

Bibliografia

- Aguilera, Fernando Gómez. “Em torno do último fulgor de Saramago. Posfácio”. In *Por Saramago*, Anabela Mota Ribeiro, Temas e Debates, 2018, pp. 155-178.
- Arnaut, Ana Paula. “‘Deixa-te levar pela criança que foste’: José Saramago e *As pequenas memórias*”. *Navegações*, vol. 4, no. 1, 2011, pp. 46-52.
- Branco, Isabel Araújo. “Futuro e ‘transibericidade’: José Saramago em diálogo com ensaístas catalães.” In *José Saramago: 20 anos com o Prémio Nobel*. Ed. Carlos Reis. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020. pp. 299-307.
- Collingwood, R. G. *An Autobiography*. Oxford University Press, 1939.
- Erpenbeck, Jenny. *Go, Went, Gone*. New Directions, 2015.
- Ferreira, Ana Paula. “The Portuguese Translation of ‘Oyono’s Une Vie de Boy’: José Saramago’s Invisible Postcolonial Intervention.” *PMLA*, vol. 128, no. 1, 2013, pp. 119–26.
- Lourenço, Eduardo. “Divagação em torno de Lobo Antunes”. In *A escrita e o mundo em António Lobo Antunes*. Ed. Eunice Cabral et al. Dom Quixote, 2004, pp. 347-355.
- Medeiros, Paulo de. “Invitation to the Voyage”. In *Global Impact of the Portuguese Language*. Ed. Asela Rodriguez de Laguna. Transaction Publishers, 2001, pp. 167-178. Rpt. In *José Saramago*. Ed. Harold Bloom. Chelsea House, 2005, pp. 109-120.
- _____. “Literatura, memória, resistência (Breves apontamentos em tempo de crises)”. *Navegações*, vol. 5, no. 2, 2012, pp. 218-227.
- Oliveira Neto, Pedro. “Do negro e das africanidades em José Saramago, o silêncio de uma prosa de inquietação”. In *Griots - culturas africanas: linguagem, memória, imaginário*. Org. Tânia Lima et al. Lucgraf, vol. 1, 2009, pp. 189-195.
- Reis, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Caminho, 1998.
- Sabine, Mark. “Introduction”. *José Saramago: History, Utopia, and the Necessity of Error*. NED-New edition, vol. 23, Modern Humanities Research Association, 2016.
- _____. “National Identity and Portuguese Destiny in *The Stone Raft*”. In *José Saramago*. Ed. Harold Bloom. Chelsea House, 2005, pp. 75-93.
- Santos, Boaventura de Sousa. “Um mar que naufragou e deu à costa – Portugal: colonialismo e modernização sob o signo do otimismo trágico”. 25 setembro 2019. Disponível em: <https://wsimag.com/pt/economia-e-politica/57761-um-mar-que-naufragou-e-deu-a-costa>
- Saramago, José. *Objecto Quase*. Caminho, 1978.
- _____. *Viagem a Portugal*. Caminho, 1981.
- _____. *Os Apontamentos*. Caminho, 1990.
- _____. “Biografia”. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/biografia/>
- _____. África, 11/08/2009. Disponível em: <https://caderno.josesaramago.org/57004.html>
- _____. “Questão de cor”, 26/03/2009. Disponível em: <https://caderno.josesaramago.org/32520.html>

- Seixo, Maria Alzira. *Lugares da ficção em José Saramago. O essencial e outros ensaios*. Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1999.
- _____. “The Edge of Darkness, or, Why Saramago Has Never Written about the Colonial War in Africa.” *Portuguese Literary & Cultural Studies*, vol. 6, 2001, pp. 205-219.
- Silva, Celestina Gomes. “José Saramago”, in *A Europa face a Europa: prosadores escrevem a Europa*. 2017. Disponível em: <https://aeuropafaceaeuropa.ilcml.com/pt/verbetes/jose-saramago/>
- Sousa, Ronald K. José Saramago “Revises,” Or Out of Africa and Into Cyber-History. *Discourse*, vol. 22, no. 3, 2000, pp. 73-86. Rpt. In *José Saramago*. Ed. Harold Bloom. Chelsea House, 2005, pp. 95-105.
- Thorau, Henry. “José Saramago Revisitado.” In *Da Possibilidade do Impossível: Leituras de Saramago*. Ed. Paulo de Medeiros e José Ornelas. Portuguese Studies Center - Universiteit Utrecht, 2007.